

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO PRODUTOS E PROCESSOS: EMBATES EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA CATEGORIA “VÂNDALOS” NO CONTEXTO DAS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS NO RIO DE JANEIRO EM 2013

SOCIAL REPRESENTATION AS PRODUCTS AND PROCESS: DISPUTES AROUND THE DISCURSIVE CONSTRUCTION OF THE "VANDALS" CATEGORY IN THE CONTEXT OF THE 2013 RIO DE JANEIRO'S RIOTS

Ana Lucia ENNE*

Resumo: Neste artigo, pretendemos discutir como, no decorrer das manifestações sociais que se desenrolaram no Brasil em 2013, em especial no Rio de Janeiro, uma categoria semântica ocupou papel central: a de “vândalos”. Eleito pela mídia hegemônica como termo síntese das ações violentas dos manifestantes, o signo “vândalos” permitiu a construção, via indústria cultural, de uma série de representações sociais sobre as manifestações, os manifestantes e seus atos. A mesma categoria vai ser utilizada, em estratégias diversas, por aqueles que se colocaram, discursivamente, contra as representações produzidas pela grande mídia, através de deslocamentos e reapropriações. Neste trabalho, buscamos não só mapear esses embates, mas indicar o caráter ambivalente das representações, como produto e processo da relação entre os sujeitos e a realidade social.

Palavras-chave: Representações sociais – Vândalos – Disputas discursivas.

Abstract: In this article, we intend to discuss how, within social protests that occurred in Brazil on 2013, especially in Rio de Janeiro, a semantic category has occupied a key role: the so-called "vandals". Singularized by the hegemonic media as the term that best signified the violent actions of some participants of the riots, the sign "vandals" has made possible the construction, via culture industry, of a series of social representations about the social protests, the participants and its acts. The same category is used, in different strategies, by those who have discursively manifested a discordance against the hegemonic media representations of the social protests through displacement and reappropriation. In this article, we will try to map such debates and also to single out the ambivalent character of the social representation, both as product and process of the relationship between subjects and social reality.

Keywords: Social representations – Vandals – Discursive disputes.

Introdução

Desde junho de 2013, quando diversas manifestações ocuparam as principais cidades brasileiras em protestos múltiplos, uma palavra acabou se tornando presença

* Doutora em Antropologia pelo PPGAS – Museu Nacional – UFRJ. Professora do curso de Estudos de Mídia e do Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidades – UFF – Universidade Federal Fluminense, CEP: 24210-590, Niterói, São Paulo – Brasil. E-mail: anaenne@gmail.com.

cotidiana no imaginário de boa parte do país. Trata-se da categoria “vândalos”, eleita pela grande mídia, de forma geral, para enquadrar e representar as ações dos manifestantes que envolviam algum tipo de atitude tida como violenta, desde a depredação de patrimônio público e privado, até enfrentamentos com a Polícia e o uso de táticas para lidar com a força do poder instituído, como a criação de barricadas e o uso de pichações. A cobertura da ação dos “vândalos”, no sentido acima descrito, acabou se transformando no foco das matérias jornalísticas sobre as manifestações sociais que foram veiculadas pelos meios de comunicação mais hegemônicos naquele período.

A este sistema classificatório, evidentemente desqualificador e moralizante, seguiram-se reações diversas em torno da categoria “vândalos” e similares. Tais reações podem ser percebidas, por exemplo, na propagação de diversos vídeos, testemunhos e críticas, mostrando que as manifestações foram predominantemente pacíficas, fazendo com que a ação violenta classificada como “vandalismo” estaria sendo usada, pela mídia tradicional, para estigmatizar as manifestações como um todo, o que seria injusto. Nesse caso, entendeu-se que o uso da palavra “vândalos” como foco para a cobertura das manifestações tinha o caráter de reduzi-las a essas ações, inclusive com denúncias de que as práticas violentas seriam provocadas por “infiltrados” e não por manifestantes “genuínos”. Nesse caso, se renega a aplicação da categoria às manifestações, mas não se discute a qualificação das ações violentas como vandalismo.

Podemos perceber também tentativas de desqualificação do argumento de que a violência nas manifestações deveria ser entendida como “vandalismo”, lembrando que é preciso contextualizar as atitudes mais radicais para compreendê-las em sua complexidade. Nesse sentido, não se percebe uma condenação das práticas violentas, que teriam também sua legitimidade, mas a qualificação das mesmas como práticas de “vandalismo”. Nega-se a etiqueta, mas também aí não se discute a palavra em si.

Um outro tipo de reação também não colocava em questão o uso do termo “vândalos” como sinônimo de prática violenta, destruidora e pouco civilizada, mas procurava deslocar a sua aplicação às ações do Estado e seus agentes. Expressões como “Vândalo é o Estado”, “Vândala é a polícia”, dentre outras, são exemplares neste sentido. Se vândalo é aquele que usa a violência ou pratica atos “bárbaros”, como afirmavam os grandes veículos midiáticos, seriam “vândalos” não os manifestantes, que estariam reagindo à ação truculenta ou antidemocrática do Estado, mas este e suas instituições.

Outra estratégia na luta discursiva que se travou foi a de desqualificar não o termo em si, mas aqueles que o proferiram, com acusações de manipulação e defesa de interesses por parte da mídia tradicional. Em especial, o sistema Globo e seus produtos (jornais impressos, portais on-line e telejornal), percebido no caso do Rio de Janeiro como principal enunciador da grande mídia acerca das manifestações, foram alvo de inúmeros protestos, incluindo a tentativa de delegar a ele a alcunha depreciativa: “Vândala é a Globo”, bem como inúmeros textos e imagens de denúncia e acusação, como veremos no decorrer desse texto.

Podemos citar também a tentativa de incorporar positivamente o termo, no sentido de buscar um alinhamento em termos de posição política entre todos os que estavam participando dos protestos, independentemente de praticarem de fato ações violentas ou não. Neste sentido, vale elencar a colocação da palavra “vândalos” como sobrenome nos avatares de identificação nas redes sociais, a produção e veiculação de fotos com representações mais consagradas dos “manifestantes vândalos”, quase sempre relacionadas ao uso de máscaras e roupas pretas, dentre outras táticas. Embora nesse caso estejamos diante de uma apropriação da categoria, também aí não se percebe uma leitura diferenciada da própria palavra em seu sentido mais consagrado: “vândalo” como aquele que atenta contra a ordem, contra o instituído.

Podemos perceber, neste caso, um claro processo de construção e disputas em torno de representações sociais acerca das manifestações sociais de protesto, dos manifestantes e da categoria “vândalos”. Mas que mecanismos históricos afirmaram tais significados em torno dessa categoria? Como se processam as cristalizações em termos de representação? Que repertórios de significados foram acionados nesse processo? Que simbolismos foram consagrados nesse momento histórico para dar conta desta associação entre manifestantes e vândalos? Como podemos entender esses embates discursivos? E como podemos, em outra esfera, propor uma ressemantização não só dos manifestantes como um para além da categoria “vândalos”, mas da própria categoria, levando à sua desnaturalização? Responder a estas questões é parte da proposta deste artigo, que pretende, ainda, apresentar um breve panorama acerca das discussões sobre representação social, uma abordagem da construção da representação “vândalos” como enquadramento narrativo principal, por parte da grande mídia, das ações transcorridas nas manifestações nas ruas brasileiras em 2013, bem como das disputas discursivas travadas nas redes sociais em torno desta temática. Com isso, pretendemos

problematizar e complexificar essa temática, a nosso ver de extrema relevância, evitando dicotomias e simplificações que não nos ajudam a compreender esse processo.

Entendemos que as empresas jornalísticas de grande porte, como parte central da indústria cultural brasileira, têm importante papel na construção de representações sociais de forte peso na consolidação de um senso comum para grande parte da população. Sabemos que as indústrias culturais atuam de forma sistêmica, retroalimentando suas falas através de múltiplos produtos e estratégias de agenciamento, ritualizando via repetição e complementação suas propostas discursivas, o que aumenta a eficácia da representação enquanto sentido fixado e prática instituída. Esta é uma característica fundamental dos processos de produção de sentidos via indústria cultural, que, na contemporaneidade, deve ser entendida em seus múltiplos aspectos, dos quais gostaríamos de destacar dois, que nos interessam particularmente neste trabalho: por um lado, há cada vez mais, no sistema integrado das indústrias culturais, um atravessamento do formato publicitário em todas as linguagens, inclusive a jornalística, mais perpassada pelo espetáculo, pela simplificação e pelo apelo ao consenso. Porém, em contrapartida, a difusão de meios de comunicação digitais e a possibilidade do exercício mais efetivo da multivocalidade que caracteriza a prática discursiva social têm colocado em cena outras vozes e outros pontos de vista, que, através de outras práticas ritualísticas, também têm proposto e sedimentado outras representações sociais, por vezes diferentes, em outras não tanto, das veiculadas pela grande mídia dentro do sistema das indústrias culturais. Isso tem explicitado mais fortemente os dois pontos que pretendemos abordar aqui: o caráter hegemônico e consensual das representações veiculadas pela indústria cultural e o movimento contra-hegemônico e conflitivo das representações que se espalham pela *internet*, evidenciando o quanto o campo das representações é arena de disputas discursivas em torno da política e da identidade, dentre outros eixos, algumas vezes implicando em negociações e emparelhamentos de sentido complexos e problemáticos, como pretendemos analisar no artigo que se segue.

Representações sociais como produtos e processos comunicacionais¹

Denise Jodelet, em texto fundamental para os estudos das Representações Sociais, retoma os clássicos estudos de E. Durkheim e S. Moscovici sobre o mesmo tema para nos lembrar um importante aspecto acerca das representações: dentre suas funções, está a de proteção e legitimação de valores morais e interesses. Como nos

alerta a autora, exatamente por esse aspecto a representação se parece com a ideologia, tendo, neste sentido, bem mais que uma função cognitiva de permitir a compreensão do mundo, mas o papel de fixar os sentidos que garantam, via seu partilhamento, a identidade e a unidade de um grupo social.

É preciso entender melhor esse ponto para avançarmos em nossa análise. Durkheim, em suas pioneiras teorias, já vai chamar a atenção para alguns aspectos importantes no que tange às representações coletivas: a) elas seriam esquemas mentais que se materializariam em práticas, levando a um embaralhamento do real e do ideal; b) apesar de ser efetivada pelos indivíduos, toda representação seria uma produção coletiva, através de processos mentais que ultrapassariam o indivíduo enquanto unidade, sendo, portanto, sempre um produto social, um conceito, e não uma experiência sensível; c) como conceito, a representação seria elaborada na linguagem, em processos sociais e de comunicação (“O conceito é uma representação essencialmente impessoal; é por ele que as inteligências humanas se comunicam” (DURKHEIM, 1973, p. 537)); d) para serem partilhados, os conceitos precisam ser (re)conhecidos, por isso precisam dos quadros sociais para sua partilha, ou seja, precisam ser universalizáveis (Durkheim nos avisa em nota: não confundir “universalidade” com “generalidade”, pois trata-se da “propriedade que tem o conceito de ser comunicado a uma pluralidade de espíritos” (Ibid., p. 537)); e) a partilha dos conceitos é fundamental para a garantia da coesão social; f) as representações são sociais porque vêm da sociedade, mas também as próprias coisas que elas exprimem são sociais.

Fiquemos por aqui, embora haja muito mais o que explorar nas reflexões durkheimianas sobre representações coletivas, inclusive seu corajoso postulado, no contexto de fim do século XIX e início do XX, acerca da necessidade de aproximar saberes tidos como antagônicos, como a ciência e a religião, que, num certo sentido, poderiam ser pensados como próximos dentro da lógica das produções das representações sociais. Mas isso foge ao nosso objetivo aqui, portanto, vamos seguir com os pontos centrais de nosso argumento. Além da constatação de que as representações são coletivas, já estão em Durkheim alguns pontos importantes que depois serão ampliados e refinados por Moscovici em seus estudos na década de 1960: a relação entre representação social e construção social da realidade, bem como sua relação com os processos de comunicação.

Estes são os *links* eleitos por Moscovici para desenvolver sua reflexão. Ele irá chamar a atenção para o caráter bifronte da representação enquanto signo

comunicacional: sua face figurativa, que irá permitir a construção de simbolizações para a realidade; e sua face significativa, permitindo a atribuição de sentidos e interpretações a essas figurações, que garantam sua aplicabilidade na construção social da realidade. As representações, então, permitiriam “interpretar a realidade que nos envolve, de um lado, mantendo com ela relações de simbolização e, de outro, atribuindo-lhe significações” (GUIMELLI apud CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 432).

Assim, as representações estariam sempre relacionadas a um objeto ou pessoa, sendo uma produção social, a partir dos indivíduos em suas inserções coletivas, envolvendo uma dupla relação com a realidade: é dela que se parte para configurar o simbólico que se materializará na representação, mas a ela retorna como significados que fixarão os sentidos acerca do que se entende sobre este mesmo real. São, portanto, fundamentais para que os sujeitos compreendam, organizem e partilhem o mundo e suas experiências acerca dele. Assim, as representações sociais “recobrem o conjunto de crenças, dos conhecimentos e das opiniões que são produzidos e partilhados pelos indivíduos de um mesmo grupo, a respeito de um dado objeto social” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004: 432).

Por um lado, de fato, como demonstra Moscovici, elas garantem a coesão social, alicerçando identidades, memórias e narrativas de pertencimento e reconhecimento da realidade. Mas de outro, são objetos de disputa por sujeitos e grupos, em torno dos sentidos. São discursos em conflito, negociação, acomodações, processos, evidenciando seu caráter de construção, bem como seu importante papel na constituição das identidades coletivas. Desempenham, portanto, papel de mediação cultural importante, por isso o seu aspecto comunicacional, de partilha, ser tão decisivo.

Ao mesmo tempo, outros autores vão chamar a atenção para outro aspecto já apontado em Durkheim: a imbricação entre a representação enquanto esquema mental e enquanto prática social. Como nos lembra Bourdieu, “é preciso incluir no real a representação do real” (BOURDIEU apud CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 431).

Para que essa imbricação se consolide, Moscovici (2009) propõe entendermos o processo de construção das representações sociais em etapas, sendo a primeira a de objetivação, quando as ideias abstratas se transformam em imagens concretas, e a segunda de ancoragem, quando as imagens criadas se juntam a outras pré-existentes, permitindo sua alocação em uma cadeia de referência já conhecida e sua naturalização. Assim, “toda representação social é sempre representação de alguma coisa ou de

alguém. Não é cópia do real, nem do ideal, nem a parte subjetiva do objeto, nem a parte objetiva do sujeito, ela é o processo pelo qual se estabelece a relação entre o mundo e as coisas” (SÊGA, 2000, p. 129).

Neste sentido, é preciso estar atento ao fato de que as representações, portanto, não só simbolizam o mundo, mas como sistemas de significação criam o mundo, são fundamentais no processo de construção da realidade social, como demonstraram Berger e Luckmann (2005). São, voltando ao argumento inicial desta parte de nosso artigo, tanto estratégias cognitivas para compreender a realidade, fundamentais para permitir a partilha e a vivência em grupos, quanto estratégias para construir compreensões fixadas da realidade, permitindo a afirmação de valores, posições e situações. Por isso mesmo, o terreno das representações é arena constante de disputas, como apontamos inicialmente e desenvolveremos a seguir.

A construção social da realidade “manifestações sociais” a partir da ancoragem na categoria “vândalos” e as reações discursivas a este processo

No dia 17/10/2013, o jornal *O Globo* estampou em sua capa a seguinte manchete: “Lei mais dura leva 70 vândalos ao presídio”². O subtítulo apelava a um componente forte de ancoragem ocidental: “crime e castigo”, título de um famoso livro de um dos mais célebres romancistas russos, Dostoiévski, cuja moral não deixa dúvida quanto à necessidade da punição a quem comete crimes, ainda que se arrependa. A fala moral do jornal é clara: “Presos em protesto são enquadrados por crime organizado, o que é inafiançável”. A capa fazia referência a alguns dos presos na noite anterior, em que um protesto organizado por professores em greve no centro do Rio de Janeiro, aproveitando a data comemorativa do “Dia dos Professores”, havia terminado em conflitos entre a polícia e parte dos manifestantes, como já vinha acontecendo em outros protestos na cidade. Na manifestação de 15 de outubro, o número de prisões havia chegado a perto de 200 e circulavam nas redes sociais centenas de denúncias de arbitrariedade, atos ilegais, quebras constitucionais por parte da polícia, algumas das quais confirmadas nos dias seguintes, levando à soltura da maior parte dos presos. Mas *O Globo*, em sua capa, fechou o sentido e pré-julgou os que haviam sido detidos. Para espetacularizar mais a notícia e fechar ainda mais o sentido construído, estampou, como em um cartaz do velho oeste norte-americano (como lembraram inúmeros *posts* que circularam nos dias seguintes nas redes sociais), três fotos de manifestantes, com o

subtítulo “Sem máscaras” e dados sobre os mesmos, criando um efeito relacional entre a manchete e os subtítulos acima e as fotos dos detidos abaixo.

Essa capa deflagrou uma onda de indignação nas redes sociais, gerando muitas falas críticas, campanhas para cancelamento de assinatura do jornal, propostas de capas alternativas (como, por exemplo, aquela em que o governador Sérgio Cabral e o prefeito Eduardo Paes apareciam presos e punidos, também relacionando-os à ideia de “crime e castigo” e “vandalismo”³), algumas inclusive recheadas de palavrões, acusações ao jornal e aos jornalistas, dentre outras reações. O que teria inflamado tão fortemente a reação indignada, se essa era, em um certo sentido, somente mais uma das capas na cadeia de condenação e construção da associação via sistema representacional das manifestações a atos de vandalismo? Acredito que tenhamos aí um aspecto interessante para desdobrar.

A Rede Globo e seus veículos já vinham sendo objeto de crítica nas manifestações desde seu início. Acusações do tipo: “A verdade é dura/ a Globo apoiou a ditadura”, “O povo não é bobo/ abaixo a Rede Globo” e “Globo mente” eram apenas algumas das falas expressas em discursos verbais e imagéticos. Alguns de seus profissionais foram proibidos por manifestantes de participarem da cobertura nos protestos, sendo hostilizados, gerando também reações indignadas de setores do jornalismo e de parte da opinião pública, que acusaram os manifestantes de atentarem contra o direito à informação. Ao mesmo tempo, a própria emissora em alguns momentos teve que se reposicionar, ou pedindo desculpas ou emitindo notas de esclarecimento, como no *mea culpa* acerca de sua atuação na época da ditadura militar⁴ ou em episódios envolvendo seus contratados, como no protagonizado por Arnaldo Jabor e sua mudança de posição acerca das manifestações após uma onda de protestos nas redes e ridicularização de sua fala.⁵

Entendemos, então, que há uma forte disputa em termos de representação acerca das manifestações, por parte da Rede Globo e outros veículos de jornalismo de grandes empresas de comunicação, que por interesses múltiplos têm optado por fechar o sentido das mesmas em torno da ideia do “vandalismo”, e vozes dissonantes, que questionam tais representações e constroem discursos contrários ao produzido pelo jornalismo atrelado às indústrias culturais hegemônicas. Ao mesmo tempo, há também uma luta importante na construção representacional da própria Rede Globo, que vem sendo objeto de uma semantização crítica contínua que não só se refere à emissora, mas às grandes mídias e ao poder da Indústria Cultural de forma geral. Neste sentido, a capa

acima citada é importante elemento neste jogo de disputas por representações, como desenvolveremos a seguir.

Em matéria do G1, portal de notícias do sistema Globo, de 16/10/13⁶, a manchete etiqueta mais uma vez o comportamento dos manifestantes: “Vândalos deixam rastro de destruição após confronto com PMs do Rio”. No subtítulo, evidenciam-se os prejuízos e vítimas: “Carro da PM e orelhões foram queimados e jogados no meio da Rio Branco. Bancos, McDonald’s e consulados dos EUA tiveram prédios depredados”. Na foto, um rapaz com máscara preta no rosto parece arrastar um orelhão para uma fogueira onde outros orelhões já queimam. A associação do termo “vandalismo” com os termos “Black blocs”⁷ e “mascarados”⁸ foi estratégia contínua na construção narrativa do jornal. No *lead* da matéria, a sequência textual aponta como será desenvolvida a matéria:

O protesto dos professores, realizado no Rio na noite desta terça-feira (15), terminou de forma pacífica, por volta das 20h. Em seguida, no entanto, foi iniciada uma grande confusão entre a polícia e ativistas mascarados. A reportagem do G1 rodou por ruas do Centro, da Lapa e da Glória, as mais atingidas pelo vandalismo, e verificou o rastro de destruição deixado pelo quebra-quebra.

O texto de abertura aponta para três fatores importantes nos acontecimentos da véspera: a) o protesto na noite anterior por parte dos professores da prefeitura do Rio de Janeiro, que se colocaram contra o plano de carreira aprovado pelo poder municipal em sessão fechada na câmara de vereadores, sem negociação com a categoria, implicando ainda em violentas repressões policiais contra docentes e estudantes; b) os confrontos entre as forças policiais e os manifestantes, que, na cobertura do jornal, se limitam aos “mascarados”, minimizando centenas de denúncias sobre as arbitrariedades das ações policiais; c) a destruição de patrimônio privado e público por manifestantes. Mas somente essa última é evidenciada na manchete, na foto, no subtítulo e no restante da matéria. E mesmo a ação violenta dos manifestantes não é contextualizada ou complexificada a partir de uma análise conjuntural e estrutural. A reportagem limita-se a descrever os prejuízos e a classificar os que atuaram mais radicalmente com violência como “vândalos”, fechando mais uma vez o sentido e enquadrando, via cobertura, o que deve ser falado e lembrado sobre as manifestações.

Este é só um exemplo, poderíamos citar dezenas, pois este tem sido o tom da cobertura jornalística acerca das manifestações, tanto nas matérias impressas quanto nas

virtuais, nas televisivas e radiofônicas. Poucas são as vozes dissonantes ou que buscam complexificar um pouco mais as questões que encontramos nas fontes de notícias do grupo Globo que mapeamos. Misturando descrições simplificadoras, linguagem publicitária espetacularizada e enquadramento de sentidos, naquilo que Douglas Kellner chama de linguagem do “infoentretenimento” (KELLNER, 2004), as matérias jornalísticas veiculadas pela grande mídia, de forma geral, ocupam importante papel de fixar os significados e construir, através de suas representações, discursos que apelam à ordem e a um recorte ideológico da realidade, fartamente praticado pela Indústria cultural em suas estratégias hegemônicas e mercadológicas.

Denise Jodelet nos recorda que as representações são construídas para que possamos nos ajustar, conduzir, localizar, identificar e resolver problemas, nos permitindo compartilhar o mundo com os outros. Assim, ela explica, as representações sociais “nos guiam na maneira de nomear e definir em conjunto os diferentes aspectos da nossa realidade cotidiana, de maneira a interpretá-la, estatuí-la e, se for o caso, de tomar uma posição a respeito e defendê-la” (JODELET, 2001, p. 1). Esse nos parece claramente o propósito das ordenações discursivas do sistema Globo de produção noticiosa, que têm forte efeito na configuração de uma opinião pública condenatória aos atos de protesto por sua associação semântica com o signo “vandalismo”.

Jodelet também insiste no caráter mental e material das representações, que podem ser facilmente apreendidas nos discursos, nas palavras, nas mensagens e imagens midiáticas, “cristalizadas nas condutas e agenciamentos materiais ou espaciais” (Ibid, p. 01). Para isso, é importante que essa função cognitiva das representações – servir como mapa social para explicar o mundo – se inscreva em quadros de pensamentos pré-existentes, engajando o leitor/espectador/ouvinte em uma moral social. Neste sentido, o apelo à categoria “vândalos” se mostra como fundamental pois, como mostraremos na próxima parte desse artigo, se trata de um signo historicamente fixado em um sentido único, que despreza seus múltiplos significados, sendo consolidado, no imaginário ocidental, assim como seu equivalente “bárbaros”, não como nomeação de um povo diverso da cultura ocidental, mas daqueles que a invadiram, destruíram e poluíram. Assim, apoiando-se em signos já naturalizados como sinônimos de destruição e descivilização, os sistemas noticiosos da grande mídia consolidam, através da construção da representação de um fato novo, que são os recentes protestos, uma imagem já fixada e naturalizada, deixando pouca margem à diversidade e pluralidade discursiva de todo signo.

Ainda nos firmando em Jodelet, entendemos que as representações não podem ser pensadas isoladamente, pois formam um sistema, que “dão lugar a teorias espontâneas, versões da realidade que encarnam as imagens ou condensam as palavras, ambas carregadas de significações” (JODELET, 2001, p. 4). Assim, através dessas significações “as representações exprimem aqueles (indivíduos ou grupos) que os forjam e dão ao objeto que representam uma definição específica”. E são essas “definições partilhadas” que permitem aos membros de um mesmo grupo construir, para seu grupo e para os demais, uma visão aparentemente consensual da realidade. E conclui: “essa visão, que pode entrar em conflito com a de outros grupos, é um guia para as ações e trocas cotidianas”.

A dimensão do conflito é aqui apontada. Os sistemas de representação social são, portanto, importantes peças na produção do consenso ou do enfrentamento. Assim, frente ao fechamento do sentido que emparelha manifestantes e “vândalos”, podemos perceber diversas reações discursivas, buscando representações alternativas, como sugerimos no início de nosso artigo.

Como apontamos, alguns vão buscar, em suas respostas, seja em mídias alternativas ou brechas na grande mídia, ou através do fluxo de interações e mensagens nas redes sociais, versões e interpretações diferentes da produzida na mídia hegemônica. Por exemplo, através de postagens e textos que argumentam que as manifestações não se resumem à ação dos que atuam de forma violenta.

A escolha semântica e estratégica do jornal é alvo de inúmeras críticas e denúncias. Uma usuária do Facebook, por exemplo, postou indignada o comentário: “Na Itália são ‘jovens descontentes’ ou ‘manifestantes’ aqui são ‘vândalos’ e ‘mascarados’. Que feio, hein, O Globo!”, fazendo referência à manchete do caderno de Economia do Globo.com sobre protestos na Itália: “Jovens descontentes com o governo enfrentam a polícia em Roma”, publicada em 19/10/13, na qual a foto escolhida mostra uma polícia mascarada e opressiva indo contra jovens acuados e desprotegidos.⁹

Outra estratégia de problematizar os significados relacionados às manifestações é a de legitimar as ações violentas como uma reação aos abusos de poder, o que, nesse caso, as colocariam como válidas e justas. Assim, imagens que circularam fortemente na rede, na forma de cartazes, fotos e projeções, diziam: “Revolta não é vandalismo”; “Não é vandalismo, é revolta”; “Vândalo é o Estado”; “Isso é apenas tinta no tapume. Vândalo é o Estado”; “Isso é vandalismo” (com foto com ambulâncias paradas estragando); “Vandalismo é a fila do SUS”, dentre outras. Em especial, uma frase

circulou de forma intensa, sendo reapropriada e compartilhada por muitos manifestantes, seja nas ações físicas nas ruas ou nas intervenções digitais: “Não confunda a reação do oprimido com a violência do opressor”. Claramente, essa frase e as demais chamam a atenção para uma compreensão da violência como algo legítimo e reativo, em oposição à representação negativa que dela fazem os jornais tradicionais.

Assim, podemos perceber que se o ritual da repetição, pelo volume e sistema integrado, faz da Indústria cultural uma forte fixadora de sentidos, no caso das táticas contra-hegemônicas buscam-se também formas de fixar via repetição os significados almejados, pelo uso de frases curtas, *slogans*, frases de efeito, utilização de cartazes e imagens. Também os recursos do escracho, da ridicularização, das paródias e quebras de sentido pela ironia e pelo deboche são formas táticas de desqualificar o discurso oficial e enquadrado como sério pelos veículos de jornalismo tradicional, o que se percebe na proliferação de charges, caricaturas, uso de palavrões, montagens, letras parodiadas de música, associação de palavras com duplo sentido e outras artimanhas para desqualificar o discurso hegemônico. Da mesma forma, como apontei acima, são muitas as representações visuais em torno das “máscaras”, do uso de roupas pretas e do termo “vândalos”, que passam a ser assumidos, apropriados, hibridizados e, assim, corrompidos em seu sentido hegemônico, revelando o caráter construído de toda representação e sua esfera de disputas, estratégias e táticas. Neste ponto, não temos dúvidas, estamos diante de importante forma de luta discursiva, cujas estratégias, no entanto, precisam ser problematizadas, como faremos mais adiante neste artigo.

Uma outra tática na luta semântica é a desqualificação daquele que enuncia. Neste caso, a grande mídia é contestada em sua legitimidade de propor sentidos sob a égide da neutralidade e do compromisso com a realidade. Muitos discursos vão se esmerar para mostrar as posições e interesses dos grandes grupos midiáticos, em especial a Rede Globo, sugerindo ao leitor uma desconfiança em relação ao conteúdo de seus discursos exatamente por seus comprometimentos. Assim, visando configurar esta leitura de mundo, inúmeras imagens circularam nas redes e nas passeatas, a maior parte diretamente relacionada ao sistema Globo de notícias: “Globo mente”; “Sorria, você está sendo manipulado”; “A ditadura militar quer voltar com outra cara” (imagem de um militar fazendo continência, sendo que seu rosto é substituído pelo símbolo da Globo); “Não esqueceremos, Rede globo a serviço da ditadura militar”; “A realidade é dura. A Globo apoiou a ditadura”; “Globo admitiu que defendeu e apoiou a ditadura militar. Quando vai indenizar a família dos que foram perseguidos?”; “Cancele sua

assinatura. O Globo apoiou a ditadura” (com figura de homem torturado no pau de arara); dentre muitas outras.¹⁰

O sistema Globo foi alvo, portanto, de ataques desqualificadores à sua autoridade e legitimidade para representar, através de seus discursos, o ponto de vista dos manifestantes. O tom da crítica subiu de volume e de amplidão no episódio da capa do dia 17/10/13, que descrevemos no início desta parte de nosso artigo. De certa forma, a decisão do jornal *O Globo* de não só associar a ação violenta nos protestos à palavra “vândalos”, esvaziando outros signos que poderiam ser acionados (como outras imagens e discursos sobre as manifestações, incluindo os protestos não violentos, a repressão policial, os próprios objetivos dos protestos etc.) e outros significantes para a própria ação violenta (procurando complexificá-la e situá-la dentro de processos e contextos mais densos), mas também de assumir a criminalização dos protestos como algo positivo e importante para a manutenção da ordem, dentro de um sistema de construção, via representações sociais, da coesão, mobilizou parte do tom exacerbado de revolta com o discurso dessa capa. Mas, ainda mais, acreditamos, o jornal mobilizou uma reação ofensivamente indignada quando deu cara e nome à representação “manifestantes = vândalos = criminosos” ao apresentar os rostos de três jovens presos, ainda sem terem passado por qualquer processo democrático de defesa, garantido constitucionalmente pelo Estado de Direito. Ao atravessar de forma tão violenta a fronteira do jornalismo posicionado, mas que se disfarça de neutro, e assumir explicitamente o lugar de porta-voz de uma lógica política específica, *O Globo* atraiu de forma veemente a reação indignada que podemos perceber, por exemplo, quando analisamos as centenas de comentários no Facebook no próprio *link* disponibilizado pela empresa com a foto da polêmica capa. Raras são as falas postadas em defesa do jornal, que é atacado, xingado, denunciado, provocado e execrado em discursos indignados e inflamados.¹¹ Em muitos, a estratégia para desqualificar o jornal passa pela reapropriação da categoria “vândalos”, só que nesse momento dirigida ao próprio grupo jornalístico, seus produtos e profissionais. Por exemplo: “Vandalismo é essa capa” e “Vândalo é quem posta notícia mentirosa pra jogar as pessoas que estão lutando contra o restante da população”. Também a associação entre as práticas e a criminalização é acionada para acusar o jornal e enquadrá-lo na mesma cadeia narrativa que ele criou, somente invertendo os sujeitos criminalizáveis: “Nojo e repúdio extremo por essa capa que é nada menos que criminosa, expondo de maneira extremamente pejorativa e

inconstitucional três pessoas que sequer foram a julgamento. Isso não tem desculpa e vocês merecem ser processados”.¹²

Além das respostas individualizadas, alguns perfis coletivos, com muitos seguidores, se posicionaram contrários à capa veiculada pelo jornal. Para exemplificar, vamos reproduzir aqui parte do manifesto divulgado pelo Rio na Rua, perfil de protesto no Facebook com cerca de 15 mil seguidores, em resposta à capa de *O Globo*:

Este texto é uma resposta à infame capa do Jornal O Globo de ontem, dia 17 de outubro de 2013. É de enorme gravidade - embora nada surpreendente - que um dos jornais de maior circulação no país aja de forma tão leviana, interesseira e mentirosa. Não se trata da legalidade ou ilegalidade do que foi cometido no ato de 15 de outubro. O papel da imprensa não é o de julgamento, mas de verificação e apuração dos fatos, o que passou longe da redação do jornal carioca desta quinta. [...] Setores mais conservadores cobravam do Governo e da polícia medidas mais eficazes contra os supostos “vândalos” mascarados que teriam se infiltrado nas manifestações. A polícia prestou seu serviço à elite incomodada com a revolta popular. Entretanto, esta estratégia não teria êxito sem a ratificação dos meios de comunicação, e foi encabeçada pelo jornal de maior circulação da cidade, outrora apoiador da ditadura e hoje “arrependido”, O Globo.

A primeira página do jornal julga todos e profere suas sentenças ao chamá-los de “vândalos” em sua manchete principal. Segue com um pequeno texto, onde menciona os “Black Blocs” e estampa as fotos de dois detidos e um ferido com o título “sem máscaras”. Por mais que se contra argumente que estão falando de coisas distintas, a associação se torna fácil e natural. Conclui-se que os três são blackblocs com o rosto à mostra, e que finalmente serão punidos. Até mesmo o ferido é sentenciado à punição. [...] A chancela desavergonhada do Globo à ação ditatorial da polícia é um acinte à inteligência da população brasileira. A capa de hoje é histórica por escancarar a má fé dos grandes grupos de comunicação. Eles revelam-se, mais uma vez, preocupados com interesses que passam longe daqueles do povo. O exemplo de hoje torna ainda mais urgente a discussão da democratização da mídia, assunto que teve sua sustentação caracterizada como “fora da realidade” pelo mesmo jornal, em editorial do dia 7 de setembro. [...] De alguma forma, nos sentimos fazendo um favor ao jornal O Globo. Com um pouco de atenção - a que lhe faltou para apurar e ouvir as fontes sobre as detenções - não irão precisar esperar mais 50 anos para o próximo editorial de falsas desculpas.¹³

Vários dos pontos elencados em nosso argumento aparecem nesse texto, que nos parece exemplar. Estão nele a acusação de O Globo ter colaborado com a ditadura, uma ironia ao seu *mea culpa* décadas depois, críticas ao seu mau jornalismo e à sua falta de responsabilidade ética e judicial, o entendimento de seu papel como porta-voz interessado, enfim, diversos argumentos desabonadores, que foram exaustivamente

compartilhados e comentados por internautas. Da mesma forma, um recurso bastante utilizado pelos detratores do grupo Globo foram as montagens imagéticas, como aquela em que a capa de 2013 aparecia colada a uma capa de abril de 1968, no contexto do golpe militar, em que a manchete era o “Exército adverte: trataremos arruaceiros como inimigos da pátria”. Da mesma forma, outra montagem trazia William Bonner, o apresentador do principal telejornal da Globo, o Jornal Nacional, como um mascarado, e o texto denunciava que os “vândalos” estavam atentando, através do jornal e suas notícias, contra a democracia brasileira. Mais uma vez, a categoria “vândalos” é reapropriada e deslocada para outro objeto representável, mas seu sentido não é questionado. Isso nos leva a outro ponto em nossa argumentação: a naturalização de um significado dentro de um processo histórico de longa duração, como falaremos a seguir, e algumas consequências que isso acarreta.

Infelizmente, os “vândalos” históricos não tinham internet...¹⁴

Portanto, como vimos até aqui, “vândalos” foi o termo eleito pela grande mídia para classificar e, automaticamente, desclassificar a ação de parte dos manifestantes, em especial a que envolvia enfrentamento com a polícia, uso de pedras e força, destruição de patrimônio privado e público, saques etc. Mas, de forma geral, passou a ser sinônimo claro de toda ação envolvendo enfrentamento com a polícia, mesmo com as evidências indicando que a brutalidade, a violência, o atentado à vida e à ordem partiram, na maior parte das vezes, da própria polícia, o que levaria, no mínimo, a uma necessidade de se relativizar quem, nestes casos, seriam os “verdadeiros” vândalos. Esta é uma forma de lutar pelo sentido e tem sido usada: o de associar o mesmo tom pejorativo e estigmatizante que a palavra carrega aos que ocupam o lugar da ordem e da civilização, colando o rótulo no comportamento policial e não no dos manifestantes.

Como vimos, esta é a mesma estratégia que encontramos em cartazes e imagens que mostram descasos na área da saúde, educação, transportes, com hospitais e escolas deteriorados, serviços precarizados, mau uso do dinheiro público, ilustrados com frases do tipo: “quem são os verdadeiros vândalos?” e “Vandalismo é isso”. Também nesse caso, a disputa parte de um reconhecimento do significado vitorioso (“vândalos” são os que atentam contra a ordem pública e deterioram a cidade e a sociedade), e o que se desloca em termos de disputa é o sujeito em quem se colará o preconceito, e não o sentido da palavra em si.

Da mesma forma, nas frases “Vândalo é o Estado”, “Vândala é a polícia” ou “Vândala é a Globo”, encontramos o mesmo processo de deslocamento do objeto a quem se refere a representação, sem questionamento acerca de seu significado consolidado. E mesmo nas estratégias de tomar a palavra “vândalo” com apropriação para os sujeitos na luta, muitas vezes as simbologias fixadas (violência, uso das máscaras, uso de roupas pretas) para este signo são incorporadas e não questionadas. Acreditamos que essas sejam estratégias importantes e indicativas das lutas discursivas, mas queremos agora propor outra leitura e tática possíveis.

Entendemos que talvez seja importante lutar pela palavra em si, pelo signo enquanto significante deslizante, peça fundamental na arena de disputas pelo significado. Segundo a Wikipédia, o primeiro a associar o termo com um “espírito de destruição” sabia perfeitamente disso, como podemos ver no trecho abaixo:

O termo “vandalismo” como sinônimo de espírito de destruição foi cunhado no final do século XVIII, em janeiro de 1794, por Henri Grégoire, bispo constitucional de Blois; ele cunhou o termo e o tornou comum através de uma série de relatórios para a Convenção, denunciando a destruição de artefatos culturais como monumentos, pinturas, livros que estavam sendo destruídos como símbolo de um ódio ao passado de “feudalismo”, “tirania da realeza” e “preconceito religioso”, durante o Reino do Terror. Em seu livro *Memoirs*, ele escreveu: “**Inventei a palavra para abolir o ato**”.¹⁵

“Inventei a palavra para abolir o ato”! Henri Grégoire estava por dentro: o discurso é ato, cria mundo, gera não só a interpretação da realidade, mas a própria realidade, que para além de existir materialmente, é sempre construção social. Então precisamos, penso eu, assim como Grégoire, **re-inventar a palavra para instaurar o ato**. Pois quem eram os tais dos vândalos? O que eles tinham, fizeram, criaram, para além da representação consagrada e hegemônica de terem sido o tal povo que saqueou Roma em 455, “destruindo muitas obras primas de arte que se perderam para sempre” (no mesmo verbete da Wikipédia que citei acima)?

Na fonte que citei até aqui, o verbete, não temos praticamente uma única linha sobre a cultura vândala (e nem em inúmeras outras fontes que encontramos quando digitamos no Google as palavras-chave “cultura dos vândalos” e outras em torno destas). Só sobre sua suposta origem geográfica, na região da Escandinávia, segundo consta, e sua participação na destruição do Império Romano.

Assim, as fontes só falam deste aspecto e, principalmente, da invasão vândala na parte oeste da Europa, na França, Itália, Portugal, Espanha... e destruindo tudo, segundo

as fontes e o senso comum e o discurso em ato do Grégoire e a mídia tradicional e as autoridades brasileiras. Segundo as mesmas fontes, os “vândalos” teriam migrado para oeste forçadamente, porque foram atacados pelos hunos. Aqui temos um interessante deslizante semântico: então os vândalos teriam reagido a uma agressão? No sentido hegemônico, seriam então os hunos os “verdadeiros” “vândalos”? Isso aponta para alguns interessantes desdobramentos nas disputas semânticas que analisei anteriormente, principalmente naquelas representações que apontam para o caráter reagente das manifestações violentas, indicando que seriam o Estado e seus agentes os “verdadeiros” “vândalos”, ao serem os primeiros a agir violenta e injustamente...

Mas, para além disso, o que podemos perceber é que as principais referências sobre os vândalos são construídas pelos povos que, supostamente, eles destruíram. Podemos perguntar: não se tem algo mais “vândalo”, por assim dizer, sobre o ser “vândalo”, só um olhar ocidentalizado sobre a identidade vândala? Entendemos que esse seja um aspecto fundamental a se considerar no campo dessas disputas. Não parece semanticamente muito justo que a representação sobre o outro seja construída na total ausência do outro (embora isso seja parte das disputas de construção das representações, em que há um jogo de ausência e presença do objeto representado), só abarcando o outro visto pelos olhos do “um”, principalmente um “um” rancoroso e posteriormente vitorioso. Mais uma vez, não parece semelhante com o que faz a mídia no que tange às representações dos manifestantes como vândalos? Não fica faltando a representação que os “vândalos”, no caso atual, os manifestantes, no caso histórico, o povo citado, teriam/têm deles mesmos? Só que, no nosso caso contemporâneo, a história ainda está em franco processo e os sujeitos e grupos que não concordam com as representações comunicacionais hegemônicas encontram meios e brechas para apresentarem suas representações dissonantes, muitas vezes quebrando a espinha dorsal da hegemonia, enquanto em outras não conseguem dobrá-la e acabam tendo que se submeter a ela no que diz respeito à constituição da opinião pública – que, como nos lembra Bourdieu (1983), é sempre uma opinião dominante que se hegemoniza – e do senso comum.

Acredito que podemos, na ausência de muitas fontes, tentar imaginar a vida cultural “vândala” a partir das existentes. Encontramos na *internet* um outro texto, em que o autor descreve os povos “bárbaros” (vândalos dentre eles) da seguinte forma:

A maioria destes povos organizavam-se em aldeias rurais, compostas por habitações rústicas feitas de barro e galhos de árvores. Praticavam

o cultivo de cereais como, por exemplo, o trigo, o feijão, a cevada e a ervilha. Criavam gado para obter o couro, a carne e o leite. Dedicavam-se também às guerras como forma de saquear riquezas e alimentos. Nos momentos de batalhas importantes, escolhiam um guerreiro valente e forte e faziam dele seu líder militar. Praticavam uma religião politeísta, pois adoravam deuses representantes das forças da natureza (...).¹⁶

São muitas as possibilidades, mas acredito que posso imaginar um povo festeiro, com uma rica cultura rural, uma mitologia complexa e interessante, uma ética ligada a valores como honra e valentia, dentre outras construções do imaginário. Devem ter sido muito interessantes, esses vândalos. E provavelmente deixaram uma contribuição rica para o caldeirão que formou a cultura ocidental no decorrer da Idade Média, depois que se amalgamaram com os povos do oeste. Nosso autor aí de cima concorda: “A mistura da cultura germânica com a romana formou grande parte da cultura medieval, pois muitos hábitos e aspectos políticos, artísticos e econômicos permaneceram durante toda a Idade Média”.

Temos, então, um outro quadro, de difícil apreensão. Os vândalos teriam uma riqueza cultural que não conhecemos, porque a história que nos chega não foi escrita por eles. Contribuíram, assim como outros povos, para a cultura ocidental, mas seu registro na história é o de saqueadores e destruidores. Passaram a ser estigmatizados em um momento, segundo a Wikipedia, de atribuição explícita de sentido, no século XVIII, pelo tal Grégoire. E é neste recorte de sentido, apresentado como verdadeiro, que a mídia hegemônica ancora a representação dos manifestantes brasileiros atuais como “vândalos” e, de forma semelhante, os que a ela se contrapõem terminam por referendar e reiterar esse sentido cristalizado, ainda que o façam em discursos de conflito e disputa.

Assim, é preciso lutar pela positivação da palavra “vândalos”, e não negá-la e empurrá-la como uma praga semântica para o outro. É preciso se apropriar do vandalismo como essa riqueza cultural que não foi contemplada e reconhecida, como essa voz que nunca foi ouvida, como esse povo que sob pressão teve que se mover e construir novos sentidos para sua vida... É justo reivindicar o orgulho de ser “vândalo”, mas não por que estes, segundo o significado fixado, quebram e destroem tudo, mas por que são aqueles que não puderam ter voz na história, que não tiveram sua cultura registrada e reconhecida, que são traduzidos pela hegemonia com a perversão do sentido único, fetichizados pelo olhar colonizador em um misto de desejo e repulsa, porque são múltiplos e seus sentidos semânticos não cabem em uma definição simplificadora. É

preciso libertar o signo “vândalos” do sentido dado, pronto, fechado, e recusar não só estigma de ser classificado como vândalo = destruidor, mas recusar principalmente o estigma a que foram confinados os próprios vândalos, de quem sabemos tão pouco. Os vândalos também foram oprimidos pela história hegemônica e, de certa forma, também é preciso lutar por eles. Infelizmente, os vândalos não tinham nem Youtube nem Facebook e acabaram sendo relegados, pelo olhar dominante, a um lugar fixado: o da destruição e da ausência de história própria. É preciso desconfiar dessa representação e lutar pela flexibilidade dos sentidos. E estampar nos cartazes “Somos todos vândalos”, mas também “Não somos todos vândalos”, e talvez “Nem mesmo os vândalos, pelo visto, eram os vândalos”. Assim, amplia-se a arena de disputas, não só acerca da figuração dos “vândalos” contemporâneos, mas da própria semantização desta categoria, quebrando uma cadeia discursiva de longa duração e de extrema força nos processos de ancoragem dos sentidos via representações sociais.

Conclusões

Eduardo Galeano, em seu belíssimo *Dias e noites de amor e de guerra*, nos apresenta um interessante conto sobre a vida em Cañar, no Equador, em 1976. Uma amiga que lá esteve narrou para ele que na região não havia jornais nem rádios. Passo a palavra agora para Galeano: “Como fazem as pequenas aldeias para ficar sabendo o que ocorre na comunidade? Cada aldeia envia dois ou três atores a percorrer a comarca: eles *representam* as notícias e *atuam* os problemas. Ao contar o que acontece com eles, contam o que são” (GALEANO, 2001, p. 102, grifos do autor)

Conto exemplar, a meu ver, para entendermos o que estamos falando aqui. Em primeiro lugar, nos recorda que os meios de comunicação nada mais são do que formas pelas quais os sujeitos se expressam. E nelas os sujeitos representam, atuam, como atores sociais que são, em processos interativos que envolvem negociações, acomodações, renovações, disputas. E assim são produzidas as notícias. Elas não são um retrato fiel da realidade, mas sempre construções simbólicas e significativas sobre a realidade, feitas por atores posicionados e interessados, que estão inseridos em quadros sociais de valores e referências. E, frase magistral que sintetiza o que tentamos apresentar aqui, “ao contar o que acontece com eles, contam o que são”. Pois as representações sociais, como vimos, são simbologias e também significações, esquemas mentais e práticas, compreensões sobre o real e a própria realidade vivida e

experienciada pelos sujeitos. Narram o real e o constroem. São sistemas de pensamento sobre o real e a própria prática cotidiana que o envolve. São constituídas por e constituintes da realidade social, sendo então produtos e processos da mesma.

Assim, compartilhamos o ponto de vista dos que entendem que o campo da cultura, da produção do simbólico e dos significados, dos atos discursivos, não deve ser pensado como complemento às práticas cotidianas do fazer político, sendo sempre representação e ação social. Por isso, consideramos fundamental a percepção do jogo de construção das narrativas de identidade e alteridade, pois ele é central no estabelecimento dos valores e normas de coesão social e legítimas ações políticas de manutenção e garantia dessa ordem, que separa os sujeitos a partir de sistemas de classificação hierárquicos, excludentes e de dominação.

Denise Jodelet demonstra que as representações sociais estão ligadas a sistemas de pensamento mais amplos, ideológicos ou culturais, fazendo com que as mesmas se instalem sobre “saberes reativados”. Mas elas também precisam se alicerçar nas experiências concretas dos sujeitos. Isso permite os deslocamentos e as lutas pelo simbólico e pelo significado. Neste processo, as instâncias e ligações institucionais, especialmente as redes de comunicação midiáticas ou informais, vão intervir para a construção dos sentidos. Assim, o papel desempenhado pelas indústrias culturais e seus diversos braços é fundamental e não pode ser desconsiderado. Aqueles que se empenham na luta contra-hegemônica sabem disso, e denunciam o caráter enquadrador e o fechamento dos sentidos via enunciados da indústria cultural quando grafitam nas paredes e partilham nas redes sociais a frase “Nos mijam, e o jornal diz que chove”.

Quando pensamos na atribuição do significado “vândalos” às manifestações, percebemos que há, como demonstramos nesse artigo, a busca por uma ancoragem em um sentido previamente consagrado para o termo. Mas esse sentido também suscita reações de protesto e seu processo de naturalização não se dá sem embates. Vale lembrar que na greve dos bombeiros em 2011, episódio que marcou o imaginário do Rio de Janeiro no que se refere aos enfrentamentos e respostas políticas do governo estadual, o governador Sérgio Cabral já havia se referido aos bombeiros grevistas como “vândalos”¹⁷, tendo, frente à revolta que essa expressão causou em parte da opinião pública, pedido desculpas posteriormente.¹⁸ O uso do termo foi motivo de destaque e estranhamento, inclusive, em manchetes de grandes jornais. Interessante observar que o termo, na cobertura da mídia nas manifestações de 2013 e no discurso das autoridades municipal, estadual e federal, passou a ser naturalizado e assumido como algo dado e

não problemático, para o qual já não caberiam pedidos de desculpas nem estranhamento midiático. Ou seja, naquele instante, em 2011, o fechamento de sentido não tinha atingido ainda os níveis de enquadramento de 2013, mas já estava presente a tentativa de ancoragem no sentido perpetuado na longa duração para o signo “vândalos”. Mas esses dois recortes temporais revelam o quanto as representações são produtos de sujeitos históricos e contextos, razão pela qual não podem ser aceitas como dadas ou naturalizadas.

Voltando a Jodelet: “Assim, a comunicação social, sob seus aspectos inter-individuais, institucionais e mediáticos aparece como condição de possibilidade e de determinação das representações e do pensamento social” (JODELET, 2001, p. 12). Sendo “vetor da transmissão da linguagem e portadora de representações” (ibid., p. 13), ela “inaugura versões da realidade”, que podem gerar consenso ou conflito. Neste sentido, e concordando com a autora, compreendemos que os embates discursivos em torno da categoria “vândalos” são, no contexto das lutas sociais vivenciadas no ano de 2013 no Brasil, fundamentais para a consolidação de representações sociais e afirmação das realidades em que elas se inserem. Esperamos que esse artigo possa contribuir para complexificar o tema e empoderar os sujeitos nesse processo, que não percebemos como secundário, mas essencial. Por isso, entendemos que seja fundamental, como tentamos demonstrar, buscar outras estratégias para lidar com o signo “vândalos”, não só disputando o seu vínculo representacional e deslocando seus objetos, mas fundamentalmente lutando para que este signo se desvincule de sua figuração consagrada, a de destruidores e invasores. Pois entendemos que mesmo a apropriação que nega e subverte a associação “vandalismo” e “manifestações” acaba por reiterar a naturalização desse sentido primeiro fixado, o que, em parte, legitima seu uso por uma grande parcela da mídia tradicional frente ao senso comum. O que percebemos é que há, mesmo com intuítos diferentes, uma perigosa aproximação entre o ponto de vista hegemônico e contra-hegemônico acerca do significado da palavra “vândalos”, que nos mostra o poder impressionante das representações sociais historicamente constituídas e acaba por favorecer os meios de comunicação integrados via indústria cultural, com poderosas ferramentas ritualísticas, na afirmação de seus valores morais e interesses políticos. O que precisamos dizer é que não somos “vândalos” porque qualquer tentativa de definir este signo é um fechamento de sentido. E é somente fazendo essa denúncia, lembrando que todo signo é múltiplo, aberto e incompleto, que poderemos esvaziar o poder de enunciar verdades que a indústria cultural detém. Nem que para isso também

precisemos relativizar e renunciar ao nosso papel de enunciadores, por mais justas que nossas verdades nos pareçam.

Referências Bibliográficas

- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. A Opinião Pública não existe. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise de Discurso*. Rio de Janeiro: Contexto, 2004.
- DURKHEIM, Émile. Conclusão. In: DURKHEIM, Émile. *As Formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Abril, 1973.
- GALEANO, Eduardo. *Dias e noites de amor e de guerra*. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. Disponível em: <<http://portaladm.estacio.br/media/3432753/jodelet-drs-um-dominio-em-expansao.pdf>>.
- KELLNER, Douglas. A cultura da mídia e o triunfo do espetáculo. *Líbero*, São Paulo, vol. 6, n. 11, 2004.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em Psicologia*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SÊGA, Rafael. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 8, n. 13, 2000. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6719>>.

Notas

¹ A discussão sobre representação social aqui apresentada foi tema das reuniões, no segundo semestre de 2013, do GRECOS (Grupo de Estudos sobre Cultura, Comunicação e Sociedade), que coordeno na UFF. Agradeço a todos os participantes pelas reflexões conjuntas que aqui utilizo. Ver: <<http://www.uff.br/grecos>>.

² Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=644642172242132&set=a.123958997643788.9532.115230991849922&type=1&theater>>. Todos os links citados nesse artigo foram consultados em outubro de 2013.

³ Parte dos protestos que ocorreram no Rio de Janeiro no decorrer de 2013 tiveram como alvo o então governador, Sérgio Cabral, e o então prefeito, Eduardo Paes, com acusações diversas, incluindo práticas ditatoriais, malversação de verba pública, falta de políticas efetivas nas áreas de saúde e educação, políticas de remoção forçada em razão dos grandes eventos programados para acontecer na cidade, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, dentre outras.

⁴ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>.

⁵ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=afSkhqh9luU>>.

⁶ Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/10/vandalos-deixam-rastro-de-destruicao-apos-confronto-com-pm-no-rio.html>>.

⁷ Os *Blackblocs* se anunciam como uma tática política de atuação nas manifestações, e não como um grupo constituído a partir de lideranças ou uma institucionalização formal. Em geral associados ao uso de roupas pretas e máscaras, aqueles identificados com essa postura foram presenças marcantes nos protestos e alvo de disputas semânticas constantes, em geral associadas a posturas mais radicais de enfrentamento da polícia e ações violentas, ora valorizadas, ora depreciadas, em especial na cobertura da grande mídia. Uma análise de formação, atuação e posicionamentos dos chamados “*blackblocs*” requer uma reflexão mais complexa, com apoio das Ciências Sociais, o que foge ao propósito deste artigo. Mas, sem dúvida, é impossível descolar a formação das representações sociais sobre “vandalismo” do signo “*blackblocs*”, o que demanda um investimento analítico, neste sentido, urgente. Algumas informações sobre os *Blackblocs* podem ser encontradas neste artigo: <<http://www.viomundo.com.br/politica/black-blocs-a-origem-da-tatica-que-causa-polemica-na-esquerda.html>>.

⁸ O uso de máscaras nas manifestações foi objeto de intensa polêmica, incluindo uma medida judicial que o proibia nos protestos (ver <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/09/03/justica-autoriza-identificacao-criminal-de-manifestantes-com-mascaras-no-rio.htm>>) e a posterior aprovação, pela Câmara dos Vereadores e pelo governador Sérgio Cabral, de uma lei efetivando esta proibição (<<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-09-11/cabral-aprova-lei-que-proibe-mascarados-em-protestos.html>>). Tais decisões reforçaram, por um lado, a cobertura denunciada da grande mídia, de associação entre o uso de máscaras e as práticas violentas, bem como as contraofensivas por parte dos manifestantes, que mostraram sua solidariedade e adesão ao uso das máscaras colocando fotos com máscaras em seus avatares nas redes sociais, bem como comparecendo aos protestos fantasiados ou portando máscaras. Interessante observar o discurso simplificador e tendencioso de uma matéria produzida em *O Globo* dentro de uma aparente tentativa de esclarecer quem seriam os “*blackblocs*”: <<http://oglobo.globo.com/rio/o-passo-passo-de-um-protesto-black-bloc-10397108>>.

⁹ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/jovens-descontentes-com-governo-enfrentam-policia-em-roma-10438176>>.

¹⁰ Tais frases e imagens foram coletadas no decorrer da pesquisa para a produção deste artigo em *posts* nas redes sociais, em *blogs* com imagens dos protestos e em buscas através do Google em seu banco de imagens.

¹¹ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=644642172242132&set=a.123958997643788.9532.115230991849922&type=1&theater>>.

¹² Os protestos contra o jornal reverberam dentro da parte comercial da empresa, com um aumento expressivo dos cancelamentos de assinatura, e também dentro da redação, gerando embates entre os profissionais. Cf. <<https://coleguinhas.wordpress.com/2013/10/20/mal-estar-no-globo-as-manifestacoes-chegam-a-redacao/>>.

¹³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/RioNaRua>>.

¹⁴ Este trecho do artigo foi publicado, em versão modificada, no meu *blog* pessoal, Baiúca do Baudelaire (<<http://www.baiucadobaudelaire.blogspot.com.br/2013/07/infelizmente-os-vandalos-nao-tinham.html>>) e na revista *Vírus Planetário* (<<http://www.virusplanetario.net/>>).

¹⁵ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/V%C3%A2ndalos>>. Grifos meus.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/povosbarbaros/>>.

¹⁷ Disponível em:

<<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/bombeiros+foram+vandalos+e+irresponsaveis+diz+cabral/n1597002995440.html>>.

¹⁸ Disponível em:

<<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/errei+quando+chamei+os+bombeiros+de+vandalos+diz+sergio+cabral/n1597053698451.html>>.

Artigo recebido em 01/10/2013. Aprovado em 03/12/2013.